



CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ATA Nº 6/2015

----- Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e quinze, na sala de reuniões da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência do Vice-Presidente Carlos Fernando Frazão Correia, estando presentes os Vereadores, João António Lopes Cadoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- O Vice-Presidente justificou a ausência da Presidente da Câmara por estar presente no congresso da ANMP e do Vereador, Dr. Daniel Alexandre Pulquério Pinto por motivos profissionais, procedendo-se à sua substituição. -----

----- Pelas dez horas, verificando-se a existência de quórum, o Vice-Presidente deu início aos trabalhos da presente reunião. -----

----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- APROVAÇÃO DE ATAS -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 3/2015, referente à reunião ordinária de 13 de fevereiro.-----

----- Aprovada a ata nº 3/2015 por maioria com uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores por não ter estado presente na reunião.-----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata nº 4/2015, referente à reunião ordinária de 23 de fevereiro.-----

----- Aprovada a ata nº 4/2015 por maioria com uma abstenção da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores por não ter estado presente na reunião.-----

----- DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA -----

----- A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: -----

----- Operações Orçamentais: Cento e cinquenta e quatro mil, duzentos e oitenta e sete euros e trinta e um cêntimos.-----

----- Operações não Orçamentais: Cento e setenta e dois mil, cento e noventa euros e

dezanove centimos.-----

-----**ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO**-----

----- PROPOSTA DE ORÇAMENTO E PROJETO TARIFÁRIO PARA 2015 - VALORSUL-----

----- SENTENÇA DA PROVIDÊNCIA CAUTELAR – VALORSUL-----

----- TASQUINHAS - PRÉMIO TURISMO DO RIBATEJO 2014-----

----- REPOSIÇÃO DO FERIADO 1º DE DEZEMBRO-----

----- CARTA ABERTA AOS ELEITOS AUTARQUICOS EM DEFESA DA GESTÃO PÚBLICA DE RESÍDUOS-----

----- IC2 – CORTE DE VIAS DEVIDO A TRABALHOS DE PAVIMENTAÇÃO – 2ª FASE-----

----- P.J.L DO PCP VEDA O ACESSO DE EMPRESAS PRIVADAS ÀS ATIVIDADES ECONÓMICAS DE ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA-----

----- DRAPLVT - DELIMITAÇÃO VETORIAL DA RAN – DECRETO-LEI 73/2009, DE 31 DE MARÇO-----

----- ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS-----

----- CCDRLVT – SEMINÁRIO CIDADES ANALÍTICAS – AGRADECIMENTO-----

----- ENTIDADE REGIONAL DE TURISMO – BOLSA DE TURISMO DE LISBOA-AGRADECIMENTO-----

----- CARTA AOS MUNICÍPIES – VALORSUL-----

----- APRESENTAÇÃO DE CONTAS DE 2014 – VALORSUL -----

----- O Vice-Presidente apresentou os assuntos para conhecimento de acordo com a documentação e prestou uma breve explicação sobre os mesmos. -----

-----**INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO**-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a EGF e o propósito do governo privatizar estes setores considera que a alteração das tarifas prejudicará sempre os utilizadores, se bem que a entidade reguladora reconheça que aquela empresa está a ir além do que devia prejudicando os municípios e as populações, no entanto o parecer é um pouco dúbio. Solicitou mais uma vez que a Câmara estivesse atenta a todo este processo e que nos fóruns onde estiver representada marque uma posição de repúdio pela intenção da administração central de proceder à referida privatização.-----

----- Quanto à delimitação da REN bruta salientou o facto de qualquer alteração que possa surgir na comissão de acompanhamento terá de ser sempre validada pelos serviços da DRAPLVT.-----

----- Felicitou a Câmara Municipal sobre as diversas iniciativas ocorridas destacando o seminário “Cidades Analíticas”, promovido pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo(CCDRLVT).-----

----- **VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Congratulou-se com a atribuição do “Prémio Turismo do Ribatejo 2014 - Melhor Gastronomia”, prémio este fruto da notoriedade e de todo o trabalho realizado ao longo dos anos. Também pelo prestígio e dimensão regional e nacional do certame. É também um prémio para os milhares de voluntários que ao longo dos anos trabalharam nas Tasquinhas em prol das suas terras, assim como um prémio para as associações, juntas de freguesia e clubes que contribuíram para o êxito, ano após ano do certame. Deixou uma palavra de apreço para os funcionários que prepararam o processo que resultou na atribuição deste prémio que muito prestigia Rio Maior e que em dois mil e seis já fora reconhecido pela Entidade de Turismo como um evento de interesse para o turismo nacional.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Relativamente às obras a decorrer no IC2 informou da necessidade de recuperação de parte do asfalto que faz a ligação entre o IC2 e a A1 que se encontra bastante degradado face ao elevado fluxo de trânsito pesado. Aditou não entender a razão da Estradas de Portugal não resolver a ligação entre Asseiceira/Alto da Serra dado o risco ali existente. -----

----- Sobre a questão da água referiu o ataque dos grandes grupos económicos pela posse da água e lembrou os investimentos feitos pelo Poder Local para garantir que todos tivessem acesso a água potável o que é um direito de todo o ser humano e como tal não deve ser privatizado. Deu o exemplo das autarquias de Alenquer e Mafra que pagam das taxas mais caras do País, tendo uma gestão privada. Terminou salientando a posição de coerência tomada pela Câmara Municipal que deve ser de apoio a todas as posições em defesa do direito público da água.-----

----- Manifestou o seu orgulho, enquanto cidadão riomaiorense e participante nas Tasquinhas há trinta anos, por mais este prémio, lembrando a propósito a reflexão que deve ser feita sobre o certame “Tasquinhas” que é um caso de sucesso.-----

----- Quanto à RAN referiu que o atraso verificado não é da culpa do município apesar da DRAPLVT querer partilhar as culpas desse atraso.-----

----- Congratulou-se com a tomada de posição sobre a reposição do feriado 1º de Dezembro, opinando no entanto que se deve lutar pela reposição de todos os feriados que foram retirados.-----

----- Para terminar agradeceu o convite que lhe foi feito para estar presente na apresentação do seminário Cidades Analíticas.-----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Sobre a reposição do feriado 1º de Dezembro opinou que este é o feriado de todos os portugueses. “Era o mais antigo dos feriados civis e coincidentemente foi instituído logo após a implantação da República. Sendo um feriado histórico revela toda a garra de um povo na luta pela restauração da sua independência, pondo assim fim ao domínio filipino. Também é um tributo a todos aqueles que se bateram durante os vinte e oito longos anos que demorou a restauração da independência. Portugal sendo um país da Europa com as mais estáveis fronteiras, com um passado rico, com momentos baixos e altos, com acontecimentos que agradam a uns e a outros não, e ainda bem que assim é, pois revela que há massa crítica. Não nos podemos esquecer do nosso passado e são estes momentos e a marcação destas datas que por vezes transmitem aos mais novos o nosso passado e um cunho de união entre uma população ou um povo e neste caso é o povo português. Devemos ter orgulho do nosso passado para que este possa ser reportado ao presente e nos dar força para combater as guerras do presente, que, não sendo desta ordem, mas também requerem garra de todos nós portugueses.”-----

----- Terminou sugerindo que fosse tomada uma posição sobre este assunto.-----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Depois de alguns esclarecimentos sobre a Iniciativa Legislativa de Cidadãos para a reposição do feriado nacional do 1º de Dezembro, foi decidido por unanimidade subscrever a referida iniciativa.-----

----- Sobre o relacionamento com a DRAPLVT de Santarém concordou com as afirmações feitas e lembrou que o processo da RAN se arrastava desde dezembro de 2013.-----

----- Quanto as obras a decorrer no IC2 informou que o Executivo está a acompanhar todo o processo e a Estradas de Portugal fará a reposição dos pavimentos após conclusão da obra.-----

----- Relativamente a Valorsul disse que a Câmara tem estado solidária com a posição unanime de todos os municípios, independentemente da sua cor politica. Informou também que no dia dezassete de abril haverá uma reunião com o Ministro do Ambiente.-----

Seguidamente leu a posição tomada por todos os municípios servidos pela Valorsul,

numa reunião realizada na Câmara Municipal da Amadora e que deu origem à providência cautelar.-----

----- Para terminar congratulou-se pelo êxito de mais uma edição do certame Tasquinhas e pelo prémio que lhe foi atribuído. Agradeceu todo o trabalho desenvolvido pelo Vereador Engº Lopes Candoso e Dra. Cristina Vicente que num curto espaço de tempo elaborou a candidatura. “O Município e o Concelho de Rio Maior estão de parabéns.”-----

----- **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Iniciou a sua intervenção com a leitura de um poema de Herberto Helder e disse que a sua obra grandiosa está e será “perene entre nós”. Um humilde aprendiz, um lutador pela liberdade, um exemplo de humildade e retidão, de luta pela literatura e pela poesia, um “Homem” com “H”. Deixou a sua singela homenagem a Herberto Helder.-----

----- Questionou o ponto da situação quanto à colocação dos médicos em S.João da Ribeira, Alcobertas e no Centro de Saúde de Rio Maior.-----

----- Convidou todos a estarem presentes no próximo dia onze, em Santarém, para a inauguração de uma avenida com o nome de Álvaro Cunhal, salientando que este não foi apenas o Secretário-Geral do PCP, mas também um lutador antifascista, um artista nas áreas da literatura e pintura, e acima de tudo um lutador incansável pela liberdade. Disse ainda que a democracia riomaiorense enriqueceria se tivesse na sua toponímia todos os primeiros e grandes lutadores pela liberdade.-----

----- **VEREADORA CÉLIA MARIA BENTO DO ROSÁRIO FLORES** -----

----- Apresentou cumprimentos a todos os presentes.-----

----- Interveio para chamar a atenção para uma notícia vinda a público relativa a um cidadão de mobilidade reduzida que se queixa de algumas barreiras arquitetónicas existentes na cidade, sugerindo que fosse feito um estudo pormenorizado sobre esta matéria pelos serviços competentes da Câmara. -----

----- De seguida congratulou-se por mais um sucesso do certame Tasquinhas e endereçou os parabéns ao município, na pessoa do Vereador, Engº Lopes Candoso. Opinou que o certame está em posição de igualdade, senão de superioridade em relação a outros certames nacionais, nomeadamente a Feira de Gastronomia de Santarém. Fez também referência a algumas queixas de moradores relativamente ao barulho e às desordens causadas, situações que acabam sempre por acontecer, mas que se devem ter em conta.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se pela homenagem feita ao grande poeta falecido recentemente “Herberto Helder” e lamentou que estes grandes vultos apenas sejam do domínio do grande público quando, infelizmente, deixam de fazer parte do grupo dos vivos. -----

----- De seguida agradeceu todo o apoio dado pela Câmara ao Rotary Club de Rio Maior na parceria entre esta instituição e a Câmara Municipal nas atividades da celebração do dia Mundial da Árvore e que permitiu que as direções das escolas, os professores, as crianças e jovens alunos celebrassem aquele dia e distinguissem o aluno melhor companheiro, valores estes que são muito importantes. Agradecimento este extensivo ao Engº Ricardo Rosário, Arquiteta Rute Silva e a todos os serviços envolvidos. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO** -----

----- Recordou que a partir da presente data está patente ao público na “Casa Senhorial D. Miguel” uma exposição com uma mostra de algum do espólio pertencente a D. Miguel, pessoa que deu nome aquele espaço. Aditou que, desta exposição, resultou a elaboração, impressão e divulgação de um folheto com a descrição de todo o espólio que está presente na Casa Senhorial, contendo uma breve resenha da história da casa e de todas as intervenções que foi sofrendo desde a sua construção até à presente data. -----

-----**VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Informou não ter havido evolução relativamente ao processo de colocação de médicos no concelho assim como em relação ao processo que envolve o munícipe Nuno Lucas. -----

----- Sobre as questões de mobilidade concordou com as afirmações feitas, apenas lamentava que tendo Rio Maior já recebido mais do que uma vez a “Bandeira da Cidade da Mobilidade”, só após a colocação de uma paragem de autocarros junto à Santa Casa da Misericórdia é que a pessoa apresentou reclamação e a situação está assim desde a intervenção feita há mais de vinte anos. Terminou referindo que o executivo está atento a todas as situações tentando sempre melhorar os acessos para as pessoas de mobilidade reduzida. -----

----- Manifestou a sua concordância com a intervenção do Vereador, Dr. Carlos Nazaré e referiu ser uma tendência dos portugueses de só reconhecerem as pessoas após a sua morte e a propósito recordou que o anterior executivo teve um gesto muito nobre quando atribuiu, ainda em vida, o nome de Manuel Barbosa a uma Praceta da cidade. -----

----- Por último desejou um bom trabalho ao Chefe de Divisão Dr. João Socorro,

salientando a importância de se verificar um bom relacionamento com todos. -----

----- **ORDEM DO DIA** -----

----- **PONTO I - DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO N.º 3 DO ARTIGO 35º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO** -----

----- (Não foram presentes a reunião despachos para ratificar). -----

----- **PONTO II – AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES – ANO LETIVO 2013/2014 – GERTAL, S.A.**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar a libertação da garantia bancária prestada pela empresa "GERTAL – Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.", no âmbito do contrato identificado em assunto, nos termos da informação e respetivos despachos.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por indicar o seu sentido de voto como favorável, no entanto alertava para o mau tipo de serviço prestado dado que o mais importante é servir as refeições pelo preço mais baixo, ficando a qualidade sempre para último plano. Afirmou ser muito difícil reverter a situação apesar da boa vontade de todas as pessoas que acompanham o processo. Opinou que, com um bom serviço de fiscalização, envolvendo desde o pessoal de apoio no serviço das refeições, a funcionários da escola, professores e alguém especializado nesta área, talvez se conseguisse minorar o problema e se acabasse com o oportunismo de prestar um mau serviço. -----

----- **VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO**-----

----- Recordou que a Câmara tinha ao serviço uma nutricionista estagiária que fiscalizava e controlava a faturação dos produtos que entravam nos refeitórios das escolas, analisando as quantidades e a respetiva proporção para o número de refeições que eram servidas e sempre que necessário, remetia para a empresa um relatório acompanhado pelas respetivas cláusulas contratuais chamando a atenção para o não cumprimento.-----

Informou ainda que o estágio já terminou e já foi aberto procedimento concursal para esta área, no entanto os serviços do setor de educação sempre que podem continuam a deslocar-se aos refeitórios para acompanharem todo o processo. Salientou que a autarquia não está a menosprezar o assunto, pois todos sabem que cada vez há mais crianças que comem nos refeitórios escolares, não só por problemas económicos familiares, mas também porque a excessiva carga horária das escolas a isso obriga.---

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que se transcreve na íntegra: -----

----- “Votei a favor porque este é apenas um procedimento corrente. A questão dos comentários que veem sobre a qualidade da prestação do serviço recentra a questão sobre a confeção e fornecimento de refeições. É urgente que o município, o executivo e a sua maioria estudem novos modelos de fornecimento de refeições. Não é por se fazer mais barato ou por se pagar menos, que tem mais qualidade. Hoje temos capacidades instaladas no âmbito da economia social e no âmbito da área do desporto que permitem, ao contrário do que algumas pessoas pensam, o fornecimento de refeições com qualidade e com trabalhadores com direitos. Era para chamar a atenção daquilo que tenho vindo a repetir de todas as vezes que isto se debate, a necessidade imperiosa de fazer um novo estudo sobre a relação custo/benefício quanto ao fornecimento e confeção de refeições no município de Rio Maior”. -----

----- **PONTO III – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – PARECER PRÉVIO** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é tomar conhecimento da Informação do GJCP referida e deliberar aprovar a proposta apresentada pela Senhora Presidente da Câmara, datada de 19 de Março do corrente ano, pela qual se propõe ratificar os contratos de prestação de serviços celebrados ou renovados entre 23 de janeiro de 2015 e esta data, validando a sua celebração.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável, mas nos termos da lei os contratos de prestação de serviços deveriam ser presentes à Câmara individualmente, o que questionou.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que o orçamento geral do Estado impõem, e bem, que todas as prestações de serviço sejam discutidas individualmente. Indicou o sentido de voto como favorável.-----

----- **CHEFE DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS** -----

----- Informou que o orçamento de Estado para dois mil e quinze não permite a emissão de um parecer prévio favorável, o que implica que todas as prestações de serviço que venham a ser celebradas têm que ser presentes à Câmara, individualmente para emissão de parecer prévio. Esta deliberação é para ratificar o único contrato de prestação de serviços que foi celebrado desde a data do parecer prévio genérico que foi presente a Reunião de Câmara de vinte e três de janeiro.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO IV - PROPOSTA DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA –
ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA 1 DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática refletida no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Área de Reabilitação Urbana 1 (ARU 1) de Rio Maior.-----

Mais deliberar que a Operação de Reabilitação Urbana será coordenada e gerida pelo Município de Rio Maior, na qualidade de Entidade Gestora da mesma, de acordo com a estratégia definida no projeto de Operação de Reabilitação Urbana – ARU 1.-----

Deliberar ainda que deverão ser iniciados os procedimentos com vista ao pedido de parecer ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e abertura de período de discussão pública de acordo com o descrito na informação acima citada, para cumprimento das disposições legais decorrentes do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro na sua atual versão.-----

Por último deliberar que decorrido o período de discussão pública, a Câmara Municipal deverá ponderar e divulgar, através da comunicação social e da página eletrónica do município, os respetivos resultados e elaborará a versão final da proposta para aprovação em sessão da Assembleia Municipal.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Afirmou que os funcionários públicos e a Câmara Municipal têm capacidade e “Now How” para realizar projetos, o que deve ser valorizado, daí o seu reconhecimento pelo trabalho realizado. As ARU’s permitem melhorar o projeto e permitem a discussão pública. Foi também um bom contributo para se perceber o estado de degradação do espaço público e privado e também a qualidade de vida dos habitantes do centro histórico da cidade, cujas razões estão devidamente explanadas no documento. -----

Salientou como positivo a opção de requalificar a parte histórica da cidade, lamentando no entanto a baixa participação dos munícipes, nomeadamente na ARU2. Aditou que apresentariam uma proposta durante a discussão pública no sentido de intensificar a participação cidadã sobre esta matéria. -----

Indicou o sentido de voto como favorável e manifestou preocupação quanto à

aprovação pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, dado a falta de conceção de estratégias e metodologias adaptadas às áreas de reabilitação urbana. ---

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Indicou o sentido de voto como favorável porque, na sua opinião esta proposta representa a oportunidade de haver discussão pública sobre esta matéria. Opinou que, esta forma é a oportunidade que os municípios têm para reabilitar as áreas antigas e degradadas, devendo haver uma estratégia acertada para remodelar a malha urbana e de a rejuvenescer também, do ponto de vista humano, pois os jovens querem zonas com outra qualidade, uma questão de natureza social a ter em atenção. Deverá ser devidamente ponderado se aquela zona vai ser habitacional, comercial ou mista e analisar também quais os edifícios a serem reabilitados e os que são para demolir, permitindo que a malha urbana se modernize e possibilite outros usos e outro conforto.

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Agradeceu a colaboração de todos os trabalhadores envolvidos no processo (Pedro Salazar, João Paulo, Armando Cruz, Jorge Mateus, Sofia Cordeiro, Carla Capitão e Bárbara Fernandes) pois foi a capacidade de trabalho conjunto que permitiu o resultado apresentado. -----

----- Salientou tratar-se de um primeiro documento cujo objetivo principal é fazer o levantamento do estado das áreas de reabilitação urbana um e dois. Fez-se um pré orçamento para os custos com a feitura das obras e numa outra fase serão definidas as áreas estratégicas e frisou que o grande enigma é saber quem vai financiar o projeto. Lamentou que os munícipes não comparecessem às sessões de esclarecimento assim como alguns dos eleitos locais. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO V – PROPOSTA DO PROGRAMA ESTRATÉGICO DE REABILITAÇÃO URBANA – ÁREA DE REABILITAÇÃO URBANA 2 DE RIO MAIOR** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é aprovar o projeto de Operação de Reabilitação Urbana Sistemática refletida no Programa Estratégico de Reabilitação Urbana – Área de Reabilitação Urbana 2 (ARU 2) de Rio Maior. -----

Mais deliberar que a Operação de Reabilitação Urbana será coordenada e gerida pelo Município de Rio Maior, na qualidade de Entidade Gestora da mesma, de acordo com a estratégia definida no projeto de Operação de Reabilitação Urbana – ARU 2. -----

Deliberar ainda que deverão ser iniciados os procedimentos com vista ao pedido de parecer ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU) e abertura de período de discussão pública de acordo com o descrito na informação acima citada,

para cumprimento das disposições legais decorrentes do artigo 17.º do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, aprovado pelo Decreto-Lei nº 307/2009, de 23 de outubro alterado e republicado pela Lei nº 32/2012, de 14 de agosto e do artigo 77.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial aprovado pelo Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de setembro na sua atual versão.-----

Por último deliberar que decorrido o período de discussão pública, a câmara municipal deverá ponderar e divulgar, através da comunicação social e da página eletrónica do município, os respetivos resultados e elaborará a versão final da proposta para aprovação em sessão da Assembleia Municipal-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VI – TAXA MUNICIPAL DIREITOS DE PASSAGEM**-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2 do artigo 106º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro e da alínea b) do artigo 25º e da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º ambos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a não fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para o ano de 2015.-----

----- **CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO** -----

----- Fez uma breve explicação sobre o assunto e referiu que a intenção da Câmara é continuar com a não aplicação da taxa municipal de direitos de passagem.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Congratulou-se com a proposta apresentada, pois apesar do valor não ser significativo demonstra coragem do executivo para abdicar da mesma. Lamentou que esta taxa que devia ser paga pelas operadores recaia sempre sobre os utilizadores.----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Congratulou-se por este executivo manter a decisão de isentar os munícipes do concelho deste imposto, não pelo seu valor, mas pela injustiça do mesmo, pois deviam ser as grandes empresas a pagar.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO VII – CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DA CENTRAL DE COMPRAS ELETRÓNICAS DA CIMLT - AQUISIÇÃO DE REFEIÇÕES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO**

2015/2016-----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, nos termos da informação dos serviços:-----

- Autorizar a abertura do procedimento de concurso público, com publicação de anúncio no JOUE, para a aquisição de refeições escolares para o ano letivo 2015/2016, bem como a respetiva despesa, sendo fixado como preço base para efeitos do presente procedimento, o valor de 330.919,40€, repartido da seguinte forma, 129.107,10€, no ano de 2015 e 201.812,30€, no ano de 2016, montantes acrescidos de IVA à taxa legal em vigor;-----

- Autorizar celebração de um acordo quadro e na sua sequência a abertura de procedimento de ajuste direto, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 258º do CCP, estabelecendo-se o valor base supra referido;-----

- Autorizar que o Município de Rio Maior, apresente junto da CIMLT o respetivo pedido de contratação;-----

- Autorizar que o Município de Rio Maior delegue no Conselho Executivo da CIMLT e no seu presidente as competências indicadas na informação supracitada, nos termos mencionados;-----

- Aprovar as peças de procedimento apresentadas.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Informou que as peças sujeitas a votação sofreram algumas alterações relativamente ao caderno de encargos anterior. A capitação e a constituição das ementas foi substituída de acordo com orientações da Dgeste e foi feito o reajuste à capitação pelos diferentes grupos etários. Também foi feita uma média do número de utilizadores na componente de apoio à família no pré escolar, pois o município tem vindo a constatar a necessidade de prolongar essa componente durante as interrupções letivas e as férias grandes. Assim o serviço de refeições seria continuado nos meses de julho e agosto, apenas com uma interrupção de quinze dias no mês de agosto.-----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO - -----

----- Na sua opinião havia outras formas de resolver esta questão e salientou que, tratando-se de um concurso europeu a economia local pouco beneficia com a situação e também porque a empresa que ganhar o concurso nem sequer paga cá os impostos, e o emprego que cria é de baixa qualidade. Indicou o seu sentido de voto como

abstenção. Registou positivamente as preocupações de prolongar as refeições ao longo do ano, considerando a autarquia um “amortecedor social” e lamentou que a escola fosse o único espaço onde as crianças fazem refeições com dignidade.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que refeições de baixo custo e com qualidade não se conseguem, tornando-se necessário encontrar uma alternativa em que o município se liberte da obrigatoriedade do concurso público com estas características, onde o mais baixo custo prevalece sobre a qualidade do produto. Opinou que esta questão devia ser resolvida localmente o que permitiria a melhoria da qualidade com a utilização de produtos produzidos no concelho dinamizando assim a economia local. Indicou o sentido de voto como abstenção porque é necessário encontrar uma outra alternativa.-

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Afirmou que, quando as refeições eram confeccionadas nas escolas, com pessoal próprio, a qualidade das refeições era melhor e em maior quantidade. A culpa não é das autarquias mas do poder central que ao longo dos anos alterou toda a situação, Disse que, pelo valor de um euro e nove cêntimos, é muito difícil fornecer uma refeição completa com qualidade.-----

----- Sendo um crítico assumido de todas as Comunidades Intermunicipais referiu que, pela experiência que tinha, os concursos realizados pela CIMLT normalmente não se realizam dentro do prazo previsto. -----

----- Terminou afirmando estar disponível para marcar uma reunião de trabalho com todos os elementos do executivo para abordar esta matéria, na tentativa de serem apresentadas propostas concretas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com um voto contra da Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores e duas abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. --

----- Declaração de voto da **Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-----

----- “Eu como encarregada de educação e como elemento integrante dos órgãos sociais de duas associações de pais estou muito próxima de muitas queixas, muitas reclamações, tanto dos encarregados de educação como das próprias crianças. Este é um tema que gera sempre muita polémica nas reuniões das associações de pais e nós não podemos pactuar com uma alimentação incorreta, não digo em termos nutricionais, mas em termos de qualidade e de quantidade. As crianças estão a estudar e muitas delas a única refeição que têm por dia é o almoço e, eventualmente,

um lanche na escola e por isso, não podemos pactuar com este tipo de situações. -----
Longe vão os tempos em que a comida era confeccionada nas cozinhas das escolas, pelas nossas cozinheiras, e como todos acharam e bem, as coisas corriam muito melhor. Não concordo e voto contra por isso.”-----

----- **PONTO VIII – ÁGUAS DO OESTE – ACORDO DE PAGAMENTOS** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, autorizar a celebração do acordo de pagamentos, a autorização das despesas e pagamentos nos termos propostos.-----
Mais deliberou submeter a deliberação da Assembleia Municipal a autorização da celebração do presente acordo e a ratificação do acordo celebrado em e nos termos da deliberação de Câmara de 22 de Dezembro de 2014.-----

----- **CHEFE DE UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO** -----

----- Informou que não fora possível cumprir o acordo de pagamento dado as alterações verificadas na receita prevista, verificando-se a necessidade da sua reformulação com prestações que mais se ajustam ao fluxo de receitas previstas para o presente ano. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Referiu que a empresa Águas do Oeste continua a não resolver o problema do pagamento daquilo que não se consome e continuam sem indemnizar o município dos investimentos que tiveram que ser feitos por atraso dos investimentos da sua responsabilidade. Afirmou que os furos “Via Vai 1 e 2” e o furo da “Vivenda”, dão para abastecer oitenta por cento do consumo da água do concelho de Rio Maior. Esses furos têm água de qualidade e estão parados porque a empresa assim que teve o investimento feito encerrou os mesmos e passou a faturar. Opinou que o Município precisa de autorização para abrir os referidos furos e abastecer a população com essa água, diminuindo assim os custos de faturação para com a referida empresa.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Começou por dizer que esta reformulação do acordo de pagamento se prendia com a falta de verbas provocada pela crise em geral e também devido às políticas aplicadas e aos contratos assumidos, aditando que o acordo com a empresa Águas do Oeste deve ficar para exemplo, pois qualquer tipo de acordo com o governo deve ter uma garantia de custo/benefício e deve ser atualizado ao longo do tempo. Lembrou a propósito a Lei dos Compromissos que, entre outras, contribui para reduzir a

independência e a autonomia administrativa e financeira das autarquias. Indicou o sentido de voto como abstenção, porque a Câmara vai ter de cumprir com os pagamentos para não surgirem outro tipo de problemas, considerando que esta questão prova que a gestão da água e dos resíduos não deve estar na mão de privados.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Esclareceu que o município de Rio Maior relativamente a esta matéria foi pressionado a negociar porque o sistema foi criado por decreto-lei como ato decisivo do governo que transferiu para outra entidade a competência de fornecer água. Opinou que os municípios em conjunto, devem tomar rapidamente uma decisão e apresentar em tribunal um processo devidamente instruído. Lembrou a existência de um processo em curso para a privatização da empresa Águas do Oeste, o que a concretizar-se ainda poderá agravar mais a situação. -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA**-----

----- Concordou com o teor das intervenções feitas e disse que o município de Rio Maior é uma vítima da empresa Águas do Oeste e dos acordos assinados há uns anos atrás. Lamentou a falta de unidade dos municípios sobre esta questão e também a má vontade da empresa em resolver o problema das infraestruturas a que se junta também, as questões do saneamento que estão por resolver em Azambujeira e Malaqueijo.-----

----- Terminou a sua intervenção referindo que o executivo tem de tomar medidas para resolver esta questão, provavelmente o aumento do tarifário, pois sem receitas corre-se o risco de ficar sem o fornecimento de bens essenciais. Disse ainda que nos últimos trinta anos pouco se investiu no setor da água, no concelho de Rio Maior. -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Disse que o município de Rio Maior deve iniciar de imediato um processo contra a empresa Águas do Oeste ou então tentar negociar o aumento do capital social dos municípios, passando para os cinquenta e um por cento, o que resolveria toda a situação.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Referiu o bom exemplo dado pela Câmara de Benavente na empresa Águas do Ribatejo. -----

----- Sugeriu que a estratégia a seguir seria para além de assumir o compromisso do pagamento avançar para a questão litigiosa uma vez que a empresa Águas do Oeste não cumpriu a parte relativa às infraestruturas. Também ponderar a possibilidade de

deixar de fazer parte daquela empresa e passar a integrar a empresa Águas do Ribatejo. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com três abstenções dos Vereadores Carlos Alberto Nazaré Almeida, Célia Maria Bento do Rosário Flores e Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- PONTO IX – PROJETO DE REGULAMENTO DE PUBLICIDADE, OUTRAS UTILIZAÇÕES DO ESPAÇO PÚBLICO E MOBILIÁRIO URBANO DO MUNICÍPIO DE RIO MAIOR – Apreciação Pública -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é submeter a proposta de regulamento a apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo e remeter o mesmo para audição da Direção Geral do Património Cultural, à Estradas de Portugal, S.A., do Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I.P., do Turismo de Portugal, I.P., do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P., da Autoridade Nacional Segurança Rodoviária, da Autoridade Nacional de Proteção Civil, da Associação Empresarial do Concelho de Rio Maior, da Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e da Comissão Nacional de Eleições, para pronuncia durante o prazo de apreciação pública.-----

----- INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO -----

----- VEREADORA ANA FILOMENA E SILVA ANTUNES FIGUEIREDO -----

----- Congratulou-se com a apresentação desta proposta de regulamento que resulta da colaboração de vários serviços da Câmara Municipal, nomeadamente Setor de Taxas, Urbanismo, Obras Públicas, Unidade Administrativa e Recursos Humanos, Henrique Granada e Carla Capitão, no intuito de conseguir que o mesmo plasmasse as reais necessidades que se sentiam no concelho relativas a ocupação de espaço público e afixação de publicidade. -----

----- Agradeceu a todos pela forma como trabalharam e conseguiram produzir este documento. -----

----- VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO-----

----- Ressalvou a dificuldade na elaboração deste tipo de trabalho pela necessidade de inter-agir com diversos departamentos da Câmara Municipal. O documento é muito trabalhoso e demonstra mais uma vez a grande qualidade dos quadros que se propuseram elaborar o mesmo. Aditou que este regulamento surge também pela necessidade de arrecadar verbas por parte do município. Referiu ainda que a preocupação da CDU era relativa à ocupação do espaço público, nomeadamente, com

espaços próprios para a afixação da publicidade das festas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **PONTO X - PROCESSO Nº 77/2012, DE 19-07 – LICENÇA ADMINISTRATIVA** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, considerando a Informação dos serviços, a Câmara Municipal toma conhecimento do Parecer emitido pela CCDRLVT em 23.02.2015 e deliberar o seguinte:-----

1. Concordar com o entendimento expresso no mencionado Parecer, condicionado à verificação do seguinte;-----

a) Não existência de conflito com os usos circundantes, nomeadamente o habitacional;-----

b) Ficarem devidamente assegurados a gestão de efluentes da actividade pecuária que permitam a compatibilização com a preservação ambiental do meio físico;-----

c) Ser manifesta a ausência de perigo de poluição de cursos de água ou linhas de água;-----

d) Cumprimento dos demais requisitos higio-sanitários e zootécnicos das instalações, equipamentos, efetivos e funcionamento, estabelecidos no quadro normativo atual.-----

2. Que seja dado conhecimento do Parecer emitido pela CCDRLVT bem como das reclamações da população às seguintes entidades: ARH Tejo; DRAPLVT; ARSLVT; GNR- EPNAZE; Provedoria de Justiça.-----

Mais deliberar, que o procedimento de licenciamento/legalização se suspenda nos termos do n.º 7 do artigo 11º do RJUE, até à obtenção do Parecer da DRAPLVT, entidade coordenadora da actividade pecuária.-----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA**-----

----- Felicitou os serviços jurídicos e técnicos da Câmara pela proposta de decisão, embora para si fosse difícil revogar uma deliberação de Câmara que não carecia de revogação. Opinou que, pelo facto de a Câmara concordar com o parecer emitido pela CCDRLVT não licencia de imediato, pois a proposta de deliberação tem a redação correta e que corresponde rigorosamente à preocupação que o executivo tem em relação a este investimento.-----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO**-----

----- Relativamente a esta pecuária opinou que a Câmara Municipal de Rio Maior tem

tentado sempre defender as populações. Referiu também a nova lei habilitante sobre a matéria que permite, até quatro de janeiro do próximo ano, que se tente a resolução das situações pendentes. Indicou o seu sentido de voto como abstenção, no entanto não lhe parecia possível encontrar outra solução que não fosse a da responsabilização superior, pois não é possível fazer leis para as autarquias tomarem decisões sobre aquilo que deviam ser os responsáveis da política regional e nacional a tomar. -----

----- **VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA** -----

----- Opinou que os interesses das populações estão salvaguardados, assim como os da Câmara Municipal, restando esperar pela decisão daqueles que estão acima do Poder Local. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-

“Votamos favoravelmente esta proposta no pressuposto que ela cumpriu dois objetivos: Primeiro - o cumprimento da legalidade. Segundo e não menos importante, o respeito pelas populações e pela sua vontade.” -----

----- **PONTO XI - RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO GRAU DE OBSERVÂNCIA DO ESTATUTO DO DIREITO DE OPOSIÇÃO** -----

----- O Vice-Presidente apresentou o ponto conforme documentos disponibilizados e informou que a proposta de deliberação é, em cumprimento do nº 2 do artigo 10.º do Estatuto do Direito de Oposição, remeter o presente relatório aos representantes dos partidos políticos titulares do direito de oposição. -----

Deverá, ainda, este relatório ser publicado na página da internet do Município. -----

----- **INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO** -----

----- **VEREADOR AUGUSTO MANUEL GONÇALVES FIGUEIREDO** -----

----- Disse que o papel da oposição nos executivos autárquicos não deve ser apenas de fiscalização mas também de apresentação de propostas. Disse também que a Câmara Municipal de Rio Maior, desde que a CDU entrou para o executivo tem vindo a melhorar as condições para a execução do trabalho de oposição. -----

Do ponto de vista da disponibilização de informação nada tinha a dizer e gostaria que fizesse parte integrante do relatório as afirmações que forem feitas para a ata. -----

Face ao exposto e considerando a conclusão do relatório, considerava que não foram asseguradas pela Câmara Municipal as condições adequadas ao cumprimento do direito de oposição, embora se tenha verificado uma evolução muito positiva. Gostaria

que, relacionado com o método de trabalho, o executivo antecipasse o envio da documentação, atas e ordem de trabalhos, para cinco dias antes, apesar de se estar a cumprir o regulamento, mas dizia-o numa perspetiva de melhorar e reforçar a imagem democrática do executivo municipal. Aditou que, na opinião da CDU, ser oposição é estudar os documentos individual e coletivamente, criticar o que for de criticar, votar a favor, contra ou abster-se e também apresentar propostas, o que é humanamente impossível em quarenta e oito horas. Opinou que a democracia riomaiorense só beneficia com o tempo de reflexão.-----

----- Registou com agrado a ótima relação com todos os colegas do executivo e com todos os funcionários, mas no entanto devia-se aprofundar o conceito democrático de audição e deu como exemplo o “Orçamento” e o processo relativo às áreas de intervenção urbana, em que apenas participaram.-----

----- Para terminar questionou porque razão os vereadores da oposição não tinham os mesmos elementos básicos de representação que têm os vereadores da maioria. Rio Maior vai ficar a ganhar se tudo isto for conseguido pela compreensão e pelo espírito democrático da maioria.-----

----- **VEREADOR CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA** -----

----- Começou por dizer que num órgão colegial como é a Câmara, em que todos são membros de pleno direito via com alguma dificuldade esta ideia de oposição, pois estava ali para colaborar. Opinou que toda a legislação ao nível do funcionamento das Câmaras e Assembleias Municipais deveria ser objeto de uma revisão profunda. Disse ser defensor da diminuição do número de elementos no executivo e do reforço dos poderes da assembleia municipal, esta sim com poderes efetivos para fiscalizar.-----

----- Salientou este último mandato e ressaltou o respeito e a lealdade entre todos. Aditou que ser oposição não é estar no mesmo órgão a denegrir o trabalho dos outros. Opinou ser muito complicado num órgão colegial como a Câmara ter a “situação” e a “oposição”, no entanto para si era pacífico porque sempre disse o que pensa e todos têm tido a paciência e o respeito necessário para consigo.-----

No que concerne ao cumprimento do estatuto do direito de oposição, opinou que este foi cumprido, no entanto gostaria que olhassem para os vereadores do Partido Socialista como quem está no executivo para resolver o problema dos munícipes, com uma visão diferente, mas cujo intuito é servir da melhor forma as populações. Se este objetivo for atingido cumpre-se com o estatuto da oposição, apesar do modelo estar esgotado e haver a necessidade de encontrar uma alternativa que sirva mais essa ideia de oposição.-----

----- VEREADOR JOÃO ANTÓNIO LOPES CANDOSO -----

----- Referiu que as questões apresentadas são de pormenor e não sobre o não cumprimento do estatuto de oposição. Disse que, de acordo com a lei, quando os vereadores da oposição têm pelouros não se podem intitular como oposição e quando não têm pelouro atribuídos isso até lhes confere mais direitos. Também concorda que a palavra oposição não é a mais adequada.-----

Salientou que a colaboração entre todos os elementos que compõem o executivo tem sido excecional e quando se debate determinados assuntos é sempre no intuito de chegar à melhor solução em prol do município e das populações. Opinou que os executivos são mais fortes quando têm oposições fortes, não destrutivas e que querem resolver os problemas, apresentando ideias e sentido crítico. -----

Disse que todos os vereadores tem acesso a todos os pontos do edifício e não poderia ser de outra forma, embora houvesse tempos em que assim não foi, mas as circunstâncias também eram outras. Foi com satisfação que ouviu as intervenções feitas embora se possa sempre melhorar, mas considerou o balanço extremamente positivo.-----

----- VICE-PRESIDENTE CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA -----

----- Referiu que quarenta anos passados do “25 de Abril”, independentemente dos cortes que o poder central tem aplicado ao poder local, tem havido um saber fazer oposição, apesar de ter havido um período em que o objetivo era dizer mal ou então valorizar quezílias pessoais. Opinou que, com o amadurecimento da democracia, se verifica um maior espírito de diálogo e afirmou que todas as críticas construtivas são positivas, considerando que esta capacidade de diálogo tem ajudado a ultrapassar alguns problemas, quer neste mandato, quer no anterior, e quem beneficia com isso é o concelho de Rio Maior. Aditou que, independentemente do partido a que se pertence, tem sido extremamente positivo ao longo dos anos, a relação de amizade entre todos, não se podendo esquecer que os vários executivos após o “25 de Abril” tiveram sempre um conjunto de pessoas que, independentemente da sua ideologia, colocavam a amizade pessoal acima dos partidos o que fez com que muitas questões melhorassem e se resolvessem. -----

----- Agradeceu ao Chefe de Gabinete, João Rebocho, todo o trabalho desenvolvido no âmbito deste relatório.-----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes com uma abstenção do Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo. -----

----- Declaração de Voto do **Vereador Augusto Manuel Gonçalves Figueiredo**, que

se transcreve na íntegra:-----

----- “Abstive-me porque ainda tenho a esperança de poder ver melhorado as condições para o exercício da oposição, sendo certo que relevo positivamente a atitude e o esforço de criar as condições para o exercício da oposição.”-----

----- Declaração de Voto do **Vereador Carlos Alberto Nazaré Almeida subscrita pela Vereadora Célia Maria Bento do Rosário Flores**, que se transcreve na íntegra:-

----- “Votamos favoravelmente este relatório porque, independentemente de não se ter alcançado a perfeição, caminha-se no sentido de se fazer cada vez mais e de forma melhor.”-----

----- **VICE-PRESIDENTE** -----

----- Nos termos do n.º 5 do artigo 27º do Regimento de Funcionamento da Câmara Municipal, propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente reunião. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes. –

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram doze horas e cinquenta e cinco minutos, o Vice-Presidente da Câmara Municipal deu por encerrados os trabalhos da presente reunião da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos e a presente ata que vai ser apresentada na reunião seguinte para aprovação global, assinada pelo Vice-Presidente da Câmara e por mim, Maria da Luz Carreira Farelo, Coordenadora Técnica, que a redigi. -----

O VICE-PRESIDENTE:_____

A COORDENADORA TÉCNICA:_____